

Hospital do Tricentenário

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores do
Hospital do Tricentenário

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital do Tricentenário (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do superávit, do superávit abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital do Tricentenário em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação para entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 - R1).

Base para opinião com ressalva

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Entidade reconheceu custo atribuído sobre parte de seu ativo imobilizado, no montante de R\$2.191 mil, o que está em desacordo com o CPC 27 – Ativo imobilizado, que estabelece que este reconhecimento somente poderia ser feito na adoção inicial deste pronunciamento técnico em 1º de janeiro de 2009. Consequentemente, não foi possível concluir por meio de procedimentos de auditoria sobre os possíveis efeitos desse assunto no ativo imobilizado e no patrimônio social da Entidade em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das informações comparativas

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as quais não foram auditadas por nós nem por outro auditor independente, as demonstrações financeiras e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório sem ressalvas datado de 11 de maio de 2021.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação para entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 - R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 29 de setembro de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE

Matheus M. Maia
Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

HOSPITAL DO TRICENTENARIO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	939	772	Fornecedores	8	11.387	10.316
Aplicações financeiras	4	102.692	99.453	Empréstimo e financiamento	10	1.770	2.499
Contas a receber	5	80.901	57.028	Obrigações sociais e fiscais	9	57.326	48.285
Estoques	6	14.697	10.725	Parcelamentos	11	1.570	1.243
Impostos a recuperar		483	456	Subvenções a realizar	12	1.998	3.280
Outros créditos		2.419	1.406	Outras contas a pagar		1.434	975
Total dos ativos circulantes		202.131	169.840	Total dos passivos circulantes		75.485	66.598
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado - sem restrição	7	14.911	14.128	Empréstimo e financiamento	10	3.303	5.007
Imobilizado - com restrição	7	4.905	4.081	Parcelamentos	11	960	3.585
Total dos ativos não circulantes		19.816	18.209	Provisão de contingências	20	13.327	3.571
				Receitas diferidas	13	4.905	4.081
				Outras contas a pagar		1.223	400
				Total dos passivos não circulantes		23.718	16.644
				PATRIMÔNIO SOCIAL			
				Patrimônio Social	14	4.940	4.584
				Ajuste de avaliação patrimonial	14	10.811	11.166
				Superavit acumulado	14	106.993	89.057
				Total do patrimônio social		122.743	104.807
TOTAL DOS ATIVOS		221.946	188.049	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		221.946	188.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HOSPITAL DO TRICENTENARIO

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
RECEITA BRUTA	15	525.420	409.348
CUSTOS	16	(467.997)	(322.465)
SUPERÁVIT BRUTO		57.423	86.883
RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	17	(53.022)	(42.407)
Depreciação	17	(1.115)	(1.007)
Outras receitas operacionais	18	12.307	14.706
Total		(41.830)	(28.708)
(DÉFICIT) SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		15.593	58.175
Receitas financeiras	19	3.545	1.045
Despesas financeiras	19	(1.199)	(1.843)
RESULTADO FINANCEIRO		2.346	(798)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		17.939	57.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HOSPITAL DO TRICENTENARIO

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	17.939	57.377
Outros resultados abrangentes	-	-
SUPERÁVIT ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>17.939</u>	<u>57.377</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HOSPITAL DO TRICENTENARIO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Reserva de reavaliação patrimonial</u>	<u>Superavit acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		4.229	11.522	31.680	47.430
Ajuste de avaliação Patrimonial		355	(355)	-	-
Superávit do exercício		-	-	57.377	57.377
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>4.584</u>	<u>11.166</u>	<u>89.057</u>	<u>104.807</u>
Ajuste de avaliação Patrimonial		355	(355)	-	-
Superávit do exercício	14	-	-	17.936	17.936
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u><u>4.940</u></u>	<u><u>10.811</u></u>	<u><u>106.992</u></u>	<u><u>122.743</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HOSPITAL DO TRICENTENARIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		17.939	57.377
Ajustes para conciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação imobilizado	7	1.115	1.007
Juros de empréstimos e financiamentos	10	674	603
Atualização de parcelamentos	11	155	427
Baixa de imobilizado - sem restrição	5	51	-
Provisão para risco fiscal e trabalhista	15	9.756	3.561
(Aumento) redução dos ativos:			
Contas a receber		(23.873)	6.952
Estoques		(3.972)	(7.397)
Impostos a recuperar		(27)	(3)
Outros ativos		(1.015)	68
Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores		1.071	4.172
Obrigações trabalhistas e tributárias		9.041	11.451
Subvenções a realizar		(1.282)	(532)
Outras obrigações a Pagar		1.282	(436)
Receitas diferidas		824	(367)
Juros pagos		(674)	(603)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>11.065</u>	<u>76.280</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado - sem restrição	5	(1.540)	(903)
Aquisição de imobilizado - com restrição	5	(1.232)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(2.772)</u>	<u>(903)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de empréstimos	10	94	5.755
Pagamentos de empréstimos	10	(2.527)	(1.352)
Pagamentos de parcelamentos	11	(2.454)	(2.887)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(4.887)</u>	<u>1.516</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3.406</u>	<u>76.892</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	100.225	23.333
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	103.631	100.225
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3.406</u>	<u>76.892</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital do Tricentenário (“Entidade”) é uma associação civil de direito privado, com finalidade filantrópica, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de saúde conforme o artigo 3º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 85.752 de 24 de fevereiro de 1981, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 25/02/1981, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei Estadual nº 7.009, publicada no DOE em 04/12/1975, Registrado no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob o certificado nº 219.750/69, em 29/05/1965, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, no Ministério da Saúde, deferido mediante Portaria nº 250, de 27/02/2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 13/03/2018, com validade pelo período de 01/01/2018 a 31/12/2020 e qualificada pelo Governo do Estado de Pernambuco com Organização Social – OS pelo Decreto nº 35.130 de 10 de junho de 2010, nos termos da Lei Estadual nº 11.743 de 20 de janeiro de 2000, alterada pela Lei nº 12.973 de 27 de dezembro de 2005 e pela Lei nº 15.210/2013 de 19 de dezembro de 2013, sendo requalificada através do Decreto nº 49.652 de 29 de outubro de 2020. Tem como objetivos e finalidade estatutária, conforme artigos 3º e 4º de seu Estatuto Social.

- Prestar assistência à saúde, com destacada qualidade, a quantos buscarem seus serviços.
- Dedicar-se às obras de promoção humana, beneficente, filantrópica e de assistência social, enfatizando a assistência materno-infantil e Hospital Geral.
- Prestar serviço gratuito, conforme estabelecido na legislação pertinente.
- Servir de campo de instrução para estudantes da área de saúde.
- Proporcionar educação e orientação sanitária a comunidade, meios para pesquisa e investigação científica e reabilitação do paciente, dentro das possibilidades.
- Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde.

O Hospital do tricentenário mantém contrato de gestão firmado com a Secretária de Saúde de Pernambuco para administração das seguintes unidades:

- UPA Ibura.
- UPA Curado.
- Hospital João Murilo de Oliveira.
- Maternidade Brites de Albuquerque.
- UPAE Afogados da Ingazeira.
- UPAE Serra Talhada.
- Hospital Mestre Vitalino.

- Hospital Ruy de Barros de Correia.
- Hospital Regional Emília Câmara.
- Hospital Eduardo Campos.

Covid-19

Durante o ano de 2021 a entidade continuou aplicando os mesmos protocolos estabelecidos, como também, o monitoramento médico constante de todos os colaboradores, mantendo suas atividades operacionais de forma normal, tendo um percentual de colaboradores em atividades de home office e outros em atividade presencial regular.

Destaca-se que até o momento não ocorreram eventos relacionados a Covid-19 que afetassem a capacidade operacional da Entidade, bem como que acarretassem reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos. A administração da Entidade monitora a situação, tendo em vista que o mercado financeiro no Brasil e em outras economias maduras vem apresentando substancial desvalorização no valor dos ativos financeiros, no entanto, não vê impacto direto nas operações da Empresa.

Imunidade tributária

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

Atendimento ao Sus

Em atendimento a legislação vigente Lei sob nº 12.101/09 a alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo e Decreto Federal nº 8.242/14 a entidade apurou o percentual de atendimento SUS de 100%.

O percentual foi obtido utilizando a metodologia de cálculo do somatório de serviços assim prestados na aérea de saúde e de verificação do percentual de serviços prestados ao SUS.

Característica da imunidade

O Hospital do Tricentenário é uma associação sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal.
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional.
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária).
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- b) aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.
- c) manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Operacionais e contábeis

- Possuir certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
- Manter sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial.
- Cumprir as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.
- Elaborar as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros.

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional

A Entidade avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende dar continuidade aos negócios.

A Entidade não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos ao final de cada exercício, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Reapresentação das informações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reclassificadas, quando aplicável, em atendimento as orientações do “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, visando melhor apresentação e comparabilidade entre os exercícios sendo apresentados. A reapresentação efetuada é restrita ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, à demonstração do resultado e demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, sem quaisquer efeitos em outros demonstrativos financeiros daquele exercício ora sendo apresentados, assim como, as reclassificações reapresentadas não alteram o valor do patrimônio social ou do superavit do exercício, conforme destacado a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

<u>ATIVOS</u>	<u>31/12/2020</u> (Apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	100.225	(99.453)	772
Aplicações financeiras	-	99.453	99.453
Contas a receber	69.446	(12.418)	57.028
Estoques	10.725		10.725
Impostos a recuperar	-	456	456
Despesas a apropriar	158	(158)	-
Outros créditos	-	1.406	1.406
Total dos ativos circulantes	<u>180.554</u>		<u>169.840</u>
NÃO CIRCULANTES			
Realizável a longo prazo	(17)	17	-
Imobilizado - sem restrição	14.128		14.128
Imobilizado - com restrição	<u>4.081</u>		<u>4.081</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>18.192</u>		<u>18.209</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u><u>198.746</u></u>	<u>(10.697)</u>	<u><u>188.049</u></u>

<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2020</u>
	(Apresentado)		(Reapresentado)
CIRCULANTES			
Fornecedores	10.316		10.316
Empréstimo e financiamento	13.196	(10.697)	2.499
Obrigações sociais e fiscais	48.285		48.285
Parcelamentos	1.243		1.243
Subvenções a realizar	3.280		3.280
Provisão de contingências	3.571	(3.571)	-
Outras contas a pagar	975		975
Total dos passivos circulantes	<u>80.866</u>		<u>66.598</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimo e financiamento	8.592	(3.585)	5.007
Parcelamentos	-	3.585	3.585
Provisão de contingências	-	3.571	3.571
Receitas diferidas	4.081		4.081
Outras contas a pagar	400		400
Total dos passivos não circulantes	<u>13.073</u>		<u>16.644</u>
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Patrimônio Social	4.584		4.584
Ajuste de avaliação patrimonial	11.166		11.166
Superavit acumulado	89.057		89.057
Total do patrimônio social	<u>104.807</u>		<u>104.807</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>198.746</u>	(10.697)	<u>188.049</u>

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	31/12/2020 (Apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
RECEITA BRUTA	409.348		409.348
CUSTOS	(361.997)	39.532	(322.465)
SUPERÁVIT BRUTO	47.351		86.883
RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	(68.916)	26.509	(42.407)
Depreciação	(1.007)		(1.007)
Outras receitas operacionais	80.747	(66.041)	14.706
Total	10.824		(28.708)
(DÉFICIT) SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	58.175		58.175
Receitas financeiras	1.045		1.045
Despesas financeiras	(1.843)		(1.843)
RESULTADO FINANCEIRO	(797)		(797)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	57.377		57.377

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	31/12/2020 (Apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício	57.377		57.377
Ajustes para conciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Juros de empréstimos e financiamentos	-	603	603
Atualização de parcelamentos	-	427	427
(Aumento) redução dos ativos:			
Outros ativos	2.867	(2.799)	68
Joros pagos	-	(603)	(603)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	78.652		76.280
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de empréstimos	12.446	(6.691)	5.755
Pagamentos de empréstimos	(10.842)	9.490	(1.352)
Pagamentos de parcelamentos	(2.460)	(427)	(2.887)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(856)		1.516
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	76.892		76.892

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Entidade.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Entidade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou a assunção de obrigações de terceiros através de um contrato na qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizados são mensurados através de taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”.

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Entidade deteve o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade manteve os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicação financeira, Outros créditos, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos e Outras contas a pagar.

3.2. Estoques

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.

3.3. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

A Entidade controla e apresenta separadamente os bens vinculados a atividade como “com restrição”. Os bens adquiridos para uso da administração são apresentados como “sem restrição”. Os recursos recebidos para aquisição de imobilizados “com restrição” têm contrapartida em receitas diferidas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é calculada sobre o valor do custo histórico.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento financeiro, e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos, com base em laudo emitido por perito independente, são as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Veículos	10 anos
Benfeitorias	25 anos
Equipamentos de informática	6 anos

3.4. Redução ao valor recuperável (“impairment”) ativos não circulantes

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.5. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, o patrimônio social é representado pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

Conforme estatuto social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit (déficit) do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio.

3.6. Tributação

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

3.7. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis nas circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- Vida útil estimada do imobilizado e intangível.
- Provisão para riscos e processos judiciais.

3.8. Receita operacional

Receita de Serviços

As receitas de serviços são reconhecidas no resultado com base na emissão da nota fiscal de serviços, conforme negociado com o cliente em conformidade com os respectivos contratos.

Nossas receitas de serviços são segregadas em sem e com restrições. Os contratos de prestação de serviço firmados pela matriz com o município e estado são categorizados como sem restrição, devido à ausência de prestação de contas e limitação do uso do recurso. As receitas das unidades administradas, decorrente de contrato de gestão fixo negociado junto a Secretária de Saúde de Pernambuco, são classificadas como com restrição por se tratar de valores com limitações de uso e prestação de conta de todo e qualquer gasto.

As receitas de convênio e subvenções estão em conformidade com o CPC 07 (R1) e ITG 2002 (R1), onde não estão afetando o resultado. Apenas são registradas conforme realização da finalidade do contrato, assim como sua despesa.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos conta movimento - sem restrição	675	-
Bancos conta movimento - com restrição	<u>264</u>	<u>772</u>
	939	772
Aplicações financeiras - sem restrição	28.912	12.869
Aplicações financeiras - com restrição	<u>73.780</u>	<u>86.584</u>
	102.692	99.453
Total	<u>103.631</u>	<u>100.225</u>

Mantemos segregação dos nossos recursos com e sem restrição. Nossos recursos com restrição se referem a contratos de gestão de unidades de saúde e destinados a investimento via contratos de convênios federais e municipais.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a investimentos em Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimento, com taxa de rendimento média de 116,19% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (88,56% do CDI em 2020).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2021	31/12/2020
Contratualização municipal	3.617	2.715
Gestão de saúde - UPA Curado	3.348	3.266
Gestão de saúde - UPA Ibura	1.440	1.389
Gestão de saúde - Timbauba	366	366
Gestão de saúde - Vitória	3.827	1.522
Gestão de saúde – UPAE Serra Talhada	9.162	9.162
Gestão de saúde - UPAE Afog. Ingazeira	3.720	3.720
Gestão hospital Mestre Vitalino	32.248	15.562
Gestão de saúde - HRA	7.748	3.591
Gestão - Hospital Regional Afogados	5.755	3.009
Gestão de saúde - Brites de Albuquerque	5.361	-
Gestão de saúde - Hospital Eduardo Campos	2.491	4.663
Convênio nº 848.385/2017	-	150
Convênio nº 852.436/2017	26	100
Convênio nº 852.437/2017	-	250
Convênio nº 863.385/2017	-	48
Convênio nº 868.805/2018	100	500
Convênio nº 869.739/2018	300	300
Convênio nº 870.578/2018	100	200
Convênio nº 876.229/2018	510	510
Convênio a receber 883.745/2019	78	100
Convênio a receber 883.749/2019	229	250
Convênio a receber 883.970/2019	51	100
Convênio a receber 888.555/2019	165	200
Convênio a receber 888.558/2019	31	250
Convênio nº 875.915/2018 a receber	100	100
Convênio nº 877.494/2018 a receber	-	200
Convênio nº 898.509/2020 a receber	48	-
Demais contratos municipais a receber	78	4.804
Total	80.901	57.028

A Entidade não constitui perdas de créditos esperadas – PCE, uma vez que todos os recebíveis são advindos de contratos sem prescrição para recebimento.

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber por vencimento:		
Até 30 dias	21.183	14.932
Até 60 dias	30.723	21.657
Até 90 dias	16.076	11.332
Até 180 dias	12.919	9.107
Total	80.901	57.028

6. ESTOQUES

	31/12/2021	31/12/2020
Estoques de insumos assistenciais	11.614	8.287
Estoques diversos	1.277	1.210
Estoques de materiais/consumos diversos	1.806	1.228
	<u>14.697</u>	<u>10.725</u>

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.

7. IMOBILIZADO

		31/12/2021		31/12/2020
Descrição		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
<u>Imobilizado - sem restrição</u>				
Terrenos		7.427	-	7.427
Edificações	4%	5.640	(2.442)	3.198
Máquinas e equipamentos	10%	2.144	(758)	1.386
Móveis e utensílios	6,67%	736	(164)	572
Computadores e periféricos	16,67%	187	(126)	61
Veículos	10%	821	(176)	644
Instalações	10%	339	(203)	136
Imobilizado em andamento		1.487	-	1.487
		18.781	(3.870)	14.911
<u>Imobilizado - com restrição</u>				
Máquinas e equipamentos	10%	4.444	(1.470)	2.974
Móveis e utensílios	6,67%	644	(178)	466
Computadores e periféricos	16,67%	47	(3)	44
Edificações	4%	1.546	(183)	1.363
Veículos	10%	76	(18)	58
		6.758	(1.853)	4.905
Saldo Imobilizado		25.539	(5.723)	19.816

Descrição	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
<u>Imobilizado - sem restrição</u>					
Terrenos	7.427	-	-	-	7.427
Edificações	5.640	-	-	-	5.640
Máquinas e equipamentos	1.905	293	(22)	(31)	2.144
Móveis e utensílios	628	125	(17)	-	736
Computadores E Periféricos	163	4	(12)	31	187
Veículos	679	142	-	-	821
Instalações	339	-	-	-	339
Imobilizado em andamento	511	976	-	-	1.487
	<u>17.292</u>	<u>1.540</u>	<u>(51)</u>	<u>-</u>	<u>18.781</u>
<u>Imobilizado - com restrição</u>					
Máquinas e equipamentos	3.336	1.108	-	-	4.444
Móveis e utensílios	564	80	-	-	644
Computadores e periféricos	3	45	-	-	47
Edificações	1.546	-	-	-	1.546
Veículos	76	-	-	-	76
	<u>5.526</u>	<u>1.232</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.758</u>
<u>Depreciação - sem restrição</u>					
Edificações	(2.217)	(226)	-	-	(2.442)
Máquinas e equipamentos	(469)	(288)	-	-	(758)
Móveis e utensílios	(107)	(56)	-	-	(164)
Computadores	(100)	(26)	-	-	(126)
Veículos	(88)	(88)	-	-	(176)
Instalações	(182)	(22)	-	-	(203)
	<u>(3.163)</u>	<u>(707)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.870)</u>
<u>Depreciação - Com Restrição</u>					
Máquinas e equipamentos	(1.171)	(300)	-	-	(1.470)
Móveis e utensílios	(141)	(37)	-	-	(178)
Computadores	(1)	(2)	-	-	(3)
Edificações	(121)	(62)	-	-	(183)
Veículos	(11)	(8)	-	-	(18)
	<u>(1.445)</u>	<u>(408)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.853)</u>
Saldo Imobilizado sem restrição	<u>14.128</u>	<u>782</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.911</u>
Saldo Imobilizado com restrição	<u>4.081</u>	<u>824</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.905</u>

Descrição	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2020
<u>Imobilizado - sem restrição</u>					
Terrenos	7.427	-	-	-	7.427
Edificações	5.640	-	-	-	5.640
Máquinas e equipamentos	1.742	163	-	-	1.905
Móveis e utensílios	608	20	-	-	628
Computadores e periféricos	143	20	-	-	163
Veículos	489	190	-	-	679
Instalações	339	-	-	-	339
Imobilizado em andamento	-	511	-	-	511
	<u>16.388</u>	<u>903</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.292</u>
<u>Imobilizado - com restrição</u>					
Máquinas e equipamentos	3.336	-	-	-	3.336
Móveis e utensílios	564	-	-	-	564
Computadores e periféricos	3	-	-	-	3
Edificações	1.546	-	-	-	1.546
Veículos	76	-	-	-	76
	<u>5.526</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.526</u>
<u>Depreciação - sem restrição</u>					
Edificações	(1.991)	(225)	-	-	(2.217)
Máquinas e equipamentos	(230)	(239)	-	-	(469)
Móveis e utensílios	(53)	(54)	-	-	(107)
Computadores	(48)	(52)	-	-	(100)
Veículos	(42)	(46)	-	-	(88)
Instalações	(159)	(22)	-	-	(182)
	<u>(2.524)</u>	<u>(639)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.163)</u>
<u>Depreciação - com restrição</u>					
Máquinas e equipamentos	(902)	(269)	-	-	(1.171)
Móveis e utensílios	(106)	(36)	-	-	(141)
Computadores	(0)	(0)	-	-	(1)
Edificações	(64)	(57)	-	-	(121)
Veículos	(5)	(5)	-	-	(11)
	<u>(1.077)</u>	<u>(367)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.445)</u>
Saldo Imobilizado sem restrição	<u>13.864</u>	<u>264</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.128</u>
Saldo Imobilizado com restrição	<u>4.448</u>	<u>(367)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.081</u>

8. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de material	8.277	8.020
Fornecedores de serviços especializados (a)	3.110	2.296
	<u>11.387</u>	<u>10.316</u>

(a) Referem-se a fornecedores especializados em atendimento de serviços na área médico-hospitalar.

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Obrigações trabalhistas a pagar	17.103	14.518
Encargos sobre folha a pagar	8.564	5.963
Provisões de férias, 13º salário e encargos	31.237	27.393
Impostos e contribuições retidos a recolher	<u>422</u>	<u>411</u>
	<u>57.326</u>	<u>48.285</u>

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Este grupo está composto por empréstimos e financiamentos. Saldos abaixo representados do curto e longo prazo.

<u>Empresa Credora</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Santander	15/04/2022	1,22% a.m.	493	1.838
Caixa econômica federal	10/05/2025	0,80% a.m.	4.405	5.446
HP financial services				
arrendamento mercantil SA	15/07/2024	0,75% a. m.	<u>175</u>	<u>222</u>
Total			<u>5.073</u>	<u>7.506</u>
Circulante			1.770	2.499
Não circulante			3.303	5.007

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo de empréstimos em 31/12/2019	3.103
Captações	5.755
Pagamentos de principal	(1.352)
Pagamentos de juros	(603)
Juros provisionados	<u>603</u>
Saldo de empréstimos em 31/12/2020	7.506
Captações	94
Pagamentos de principal	(2.527)
Pagamentos de juros	(674)
Juros provisionados	<u>674</u>
Saldo de empréstimos em 31/12/2021	<u>5.073</u>

O montante de longo prazo tem a seguinte posição por ano de vencimento:

2023	1.295
2024	1.392
2025	<u>617</u>
Total	<u>3.303</u>

11. PARCELAMENTOS

Este grupo está composto por parcelamentos federais e municipais. Saldos abaixo representados do curto e longo prazo

<u>Parcelamentos</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Parcelamentos federais:		
FGTS	582	1.172
Previdenciário INSS	937	1.285
Tributos retidos	956	2.316
	<u>2.475</u>	<u>4.773</u>
Parcelamentos municipais:		
ISS	22	22
TLP	34	33
	<u>56</u>	<u>55</u>
Total	<u>2.530</u>	<u>4.828</u>
Circulante	1.570	1.243
Não circulante	960	3.585
Saldo de parcelamentos em 31/12/2019		7.288
Atualização monetária		427
Pagamentos		<u>(2.887)</u>
Saldo de parcelamentos em 31/12/2020		4.828
Atualização monetária		155
Pagamentos		<u>(2.454)</u>
Saldo de parcelamentos em 31/12/2021		<u>2.530</u>

12. SUBVENÇÕES A REALIZAR

Este grupo está composto por convênios e contratos a realizar. Saldos abaixo representados.

<u>Convênios federais</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	3.280	3.812
Novos convênios assinados	100	-
Rendimentos sobre aplicações	9	1
Encerramento e devolução de subvenções	-	(499)
Aquisição de imobilizado	<u>(1.391)</u>	<u>(34)</u>
Saldo final	<u>1.998</u>	<u>3.280</u>

13. RECEITA DIFERIDA

Os imobilizados adquiridos para projetos possuem restrições, e por isso, são acompanhados de correlata receita diferida, cuja composição nos exercícios está demonstrada a seguir:

Receitas diferidas	31/12/2021	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	2.974	2.166
Moveis e utensílios	466	423
Computadores e periféricos	44	1
Edificações	1.363	1.425
Veículos	58	66
Total	4.905	4.081

14. PATRIMÔNIO SOCIAL

Patrimônio Social

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Social	4.940	4.584

O patrimônio social está constituído substancialmente por todos os superávits e/ou déficits acumulados da entidade aprovados em ata de reunião da administração e do conselho.

Ajuste de Av. Patrimonial

	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste De Avaliação Patrimonial	10.811	11.166

O valor do ajuste de avaliação patrimonial se refere a valorização do nosso imobilizado efetuados em 2010 das nossas edificações e terreno, e em 2018 de todos os imobilizados.

15. RECEITAS

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Receitas atividades de saúde - sem restrição</u>		
Contratualização - Olinda	29.728	28.565
Convenio SES-PE	20.259	17.981
	49.987	46.546

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Receitas atividades de saúde - com restrição</u>		
Contrato de gestão - UPA Ibura	18.866	17.355
Contrato de gestão - UPA Curado	18.412	16.900
Contrato de gestão - HJMO	54.087	44.578
Contrato de gestão - UPAE Serra Talhada	9.941	9.941
Contrato de gestão - UPAE Afogados da Ingazeira	5.388	5.388
Contrato de gestão - H MV	191.977	153.766
Contrato de gestão - HRRBC	45.993	33.081
Contrato de gestão - HREC	38.828	26.287
Contrato de gestão - Maternidade Brites de Albuquerque	53.102	30.350
Contrato de gestão - HEC	38.430	24.760
Receita com convênios e subvenções	409	396
	<u>475.433</u>	<u>362.802</u>
 Total	 <u>525.420</u>	 <u>409.348</u>

16. CUSTOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custos com pessoal	(301.419)	(210.271)
Encargos sociais	(24.593)	(16.430)
Benefícios de vale transporte e refeições	(2.962)	(1.953)
Provisões trabalhistas	(4.123)	(8.850)
Insumos hospitalares	(103.652)	(58.451)
Serviços terceiros especializados	(31.248)	(26.510)
Contribuições sociais	(95.623)	(66.041)
Imunidade com contribuições sociais	95.623	66.041
	<u>(467.997)</u>	<u>(322.465)</u>

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas administrativas - hospitais	(31.784)	(24.407)
Serviços terceiros especializados	(13.585)	(12.287)
Despesas com manutenções	(5.403)	(3.937)
Outras despesas administrativas	(2.216)	(1.617)
Depreciação prédios administrativos	(1.115)	(1.007)
Despesas administrativas - UPAs	(34)	(159)
	<u>(54.137)</u>	<u>(43.414)</u>
 Apresentadas como:		
Despesas gerais e administrativas	(53.022)	(42.407)
Depreciação	(1.115)	(1.007)

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de mensalidade e doações	1.302	5.548
Outros recursos e receitas	7.011	5.177
Recuperação de custos diversos	3.987	3.910
Alienação e indenizações	7	71
	<u>12.307</u>	<u>14.706</u>

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	158	127
Rendimentos aplicação	<u>3.387</u>	<u>918</u>
	3.545	1.045
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(81)	(139)
Juros financeiros	(674)	(603)
IOF	-	(1)
Juros e multas	(441)	(1.098)
Descontos concedidos	<u>(3)</u>	<u>(2)</u>
	(1.199)	(1.843)
Total	<u>2.346</u>	<u>(798)</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS (CONTINGÊNCIAS)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Riscos trabalhistas	92	97
Riscos cíveis (a)	<u>13.235</u>	<u>3.475</u>
	<u>13.327</u>	<u>3.571</u>

- (a) As contingências cíveis estão substancialmente relacionadas com processos de procedimentos assistenciais, o aumento refere-se a novos processos ocorridos no ano de 2021 no valor total de R\$9.009.

Contingências possíveis

A Entidade é parte integrante em diversas ações passivas de natureza trabalhista e cível no montante aproximado de R\$1.172, cuja probabilidade de perda está classificada pelos assessores jurídicos como possível, entendendo não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

Em 31 de dezembro de 2020 tínhamos o valor de R\$4.040 classificados como possíveis.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros da Entidade, substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores próximos aos praticados pelo mercado. A Entidade não possui operações com derivativos financeiros ou outros ativos financeiros de risco semelhante.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos, fornecedores, empréstimos e outras obrigações a pagar.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
<u>ATIVOS FINANCEIROS</u>				
Mensurado ao custo amortizado:				
Caixa e equivalente de caixa	939	939	817	817
Aplicações financeiras	102.692	102.692	99.407	99.407
Contas a receber	80.901	80.901	57.028	57.028
Outros créditos	2.419	2.419	1.406	1.406
<u>PASSIVOS FINANCEIROS</u>				
Mensurado ao custo amortizado:				
Fornecedores	11.387	11.387	10.316	10.316
Empréstimos	5.073	5.073	7.506	7.506
Outras Contas a Pagar	2.587	2.587	1.371	1.371

Risco de taxas de juros

A exposição da Entidade ao risco de taxa de juros ocorre principalmente em virtude de alterações nos rendimentos das aplicações financeiras indexadas ao CDI (taxa de juros dos CDIs) por alterações nas taxas de juros de mercado. Uma vez que as aplicações financeiras da Entidade possuem um prazo inferior a 90 dias e seus rendimentos estão atrelados a taxas de mercado. Adicionalmente, a Entidade não possui riscos significativos relacionados a variações nas taxas de juros dos empréstimos.

22. SEGUROS

Mantemos nossos veículos e prédios segurados, com renovação anual com apólice agrupada. A Entidade optou por uma apólice única para o seguro predial de todas as unidades, a fim de reduzir os custos de renovação, e implementamos o mesmo modelo para os veículos.

Seguradora	Número	Tipo	Vencimento	Cobertura danos materiais	Cobertura danos corporais
Chubb Seguros Brasil S.A.	1.180.059.523	Predial	28/11/2022	444.357	-
Mapfre Automais Frota	2.143.000.058.331	Frota	20/07/2022	2.300	2.300

23. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Entidade não prestou garantias, nem possuía quaisquer transações como interveniente garantidora nos exercícios encerrados em 2021 e de 2020.

24. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras em 29 de setembro de 2022, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.
